

CPI DO ORÇAMENTO

OS ENVOLVIDOS NO ESQUEMA

Confira abaixo a situação de cada um dos citados por José Carlos Alves dos Santos nas denúncias de desvio de recursos orçamentários

DEPUTADOS



João Alves (PPR-BA) - Controlava a Comissão de Orçamento e comandava o esquema de manipulação de verbas federais. Determinava as emendas que seriam aprovadas e depois recebia as "comissões" de empreiteiras e prefeituras. Posteriormente, repassava parte das propinas para os integrantes do esquema. José Carlos Alves dos Santos disse à CPI que todo o dinheiro que recebeu lhe foi dado por Alves. Utilizava as loterias federais para lavar o dinheiro recebido irregularmente. A CPI descobriu que ele chegou a movimentar US\$ 50 milhões em suas contas. Em seu depoimento à CPI caiu em contradições e suas explicações não convenceram. Deve encabeçar a lista de cassações dos envolvidos no escândalo.



José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) - Seu depoimento à CPI foi considerado uma confissão. Admitiu ter criado entidades "benéficas" para desviar subvenções sociais do Orçamento. Também destinava verbas de subvenções para prefeituras, que depois lhe transferiam parte do dinheiro. Além das subvenções, também costumava apresentar emendas que beneficiavam construtoras nas quais tem participação. As obras rodoviárias são outro campo de ação do deputado. E o campeão de liberação de verbas para empreiteiras no Orçamento 93: suas emendas garantiram US\$ 9,5 milhões para essas empresas. Também deve ser cassado.

Cid Carvalho (PMDB-MA) - O deputado destinou US\$ 100 mil por meio de emendas das subvenções sociais para uma entidade fantasma. No endereço e telefones apresentados funciona o escritório político de Carvalho em Imperatriz (MA). A CPI descobriu dois cheques de João Alves equivalentes a US\$ 5 mil em uma conta de Carvalho. José Carlos Alves dos Santos o acusou de acertar percentuais de propinas com o deputado João Alves. Em seu depoimento à CPI caiu em contradição e não soube explicar a origem dos depósitos. E outro nome que deve constar da lista de cassações.



Manoel Moreira (PMDB-SP) - Além de ser acusado por José Carlos Alves dos Santos de participar do esquema do Orçamento, foi denunciado por sua ex-mulher, Marinalva, de ter enriquecido ilícitamente e de ter ligações com empreiteiras. Um dia antes de depor à CPI, fez uma reativação de seu IR. No depoimento, admitiu envolvimento com empreiteiras e não teve como explicar sua movimentação bancária de US\$ 3,2 milhões e também um cheque enviado para Genebaldo Correia. Moreira aprovou emendas para mais de 150 municípios e negar ter encaminhado emendas do interesse da Servaz, contradizendo o que a empreiteira, Onofre Américo Vaz. Também deve ser cassado.



Genebaldo Correia (PMDB-BA) - Para se livrar da acusação de que teria montado seu patrimônio, considerado incompatível com seus vencimentos, com direito resultante do esquema do Orçamento, Genebaldo acabou admitindo em seu depoimento à CPI que cometeu crime eleitoral. Disse que os US\$ 1,66 milhão encontrados em suas contas eram sobras de campanha. Ele também se complicou ao tentar explicar a compra de um apartamento em Salvador (BA). Segundo José Carlos Alves dos Santos, articulava o esquema de fraudes e era o representante de Ibsen Pinheiro na Comissão.

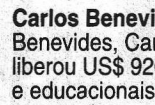


Ricardo Fiúza (PFL-PE) - Acusado de ser um dos principais articuladores do esquema de fraudes, do qual teria participado como ministro da Ação Social e depois como líder da Comissão de Orçamento. Como ministro, teria lido as verbas para entidades escolhidas pelos parlamentares. Como relator, tinha poder para rejeitar ou aceitar emendas. Fiúza incluiu 170 emendas ao Orçamento depois que já tinha sido aprovado. Depois por mais de 9 horas à CPI, mas não conseguiu convencer os integrantes da Comissão da origem de seu patrimônio, avaliado por ele próprio em US\$ 10 milhões. Na madrugada do dia 19, José Carlos Alves dos Santos apontou Fiúza como suspeito da morte de sua mulher, Ana Elizabeth. Vai prestar novo depoimento à CPI.

Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) - Acusado de saber do esquema. A quebra do sigilo bancário mostrou cheques de Genebaldo Correia em suas contas e depósitos com altas somas. Ibsen alegou que eram liberações de cruzados retidos pelo Plano Collor. Seu patrimônio também é considerado incompatível com seus ganhos. Deve depor na próxima semana e terá de explicar por que arquivou, quando era presidente da Câmara, pedido feito por 65 deputados para investigar denúncias de desvio de verbas do Orçamento da União.



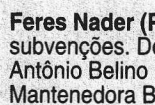
José Carlos Vasconcellos (PRN-PE) - Acusado de receber propinas de empreiteiras, prefeituras e entidades particulares para apresentar emendas ao Orçamento, é apontado como um dos homens fortes das empreiteiras. Em 92 apresentou 16 emendas ao Orçamento e anotou ao lado de dez delas, referentes a hidrelétricas, o nome das empreiteiras e dos deputados interessados. Este ano conseguiu liberar, junto com José Geraldo, recursos para reformas de estradas federais que estão sem contratos de obras nos DNERs. As emendas apresentadas por Vasconcellos liberaram CR\$ 210 milhões para reformas de rodovias em Pernambuco.



Carlos Benevides (PMDB-CE) - Filho do ex-presidente do Senado, Mauro Benevides, Carlos solicitou e o então ministro da Ação Social Ricardo Fiúza liberou US\$ 920 mil de subvenções sociais para 59 entidades filantrópicas e educacionais do Ceará e do DF.



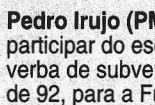
Fábio Raunheitti (PTB-RJ) - Suas próprias entidades, principalmente escolas, são as campeãs no recebimento de subvenções sociais. Receberam US\$ 14,52 milhões entre 89 e 92. A CPI do Orçamento comprovou que o dinheiro recebido era aplicado no mercado financeiro. O deputado também é acusado de promover "um derrame" de subvenções em seus redutos eleitorais e assim conseguir se eleger. Seu depoimento não convenceu a CPI e Raunheitti também deve ser cassado.



Feres Nader (PTB-RJ) - Indicava entidades ligadas a ele para receber subvenções. Desviou parte de US\$ 1,97 milhão destinado ao Instituto Antônio Belino Rodrigues Leite para comprar dólares. A Sociedade Mantenedora Barramansense de Ensino Universitário, da qual é proprietário, recebeu US\$ 7 milhões de subvenções de 89 até agora. Em seu depoimento à CPI, admitiu ter praticado crime de sonegação fiscal para justificar seu patrimônio de US\$ 20 milhões e a movimentação bancária de US\$ 1,08 milhão nos últimos cinco anos. Disse, também, que recebeu uma rádio do governo por ter votado pelos cinco anos de mandato para José Sarney. E afirmou que assinou "sem ler" emendas de Fábio Raunheitti.



José Luís Maia (PPR-PI) - Acusado, por José Carlos Alves dos Santos, de receber propinas. A CPI descobriu que ele desviou quase US\$ 2 milhões de subvenções sociais destinadas a uma entidade criada por ele com essa finalidade. Se for convocado para depor, terá de explicar o seu rápido enriquecimento nos últimos três anos. Somente no Piauí, reuniu um patrimônio de US\$ 1,4 milhão no período. No Acre comprou fazendas e em Brasília adquiriu revendas de automóveis.



Pedro Irujo (PMDB-BA) - Apontado por José Carlos Alves dos Santos de participar do esquema do Orçamento, o deputado destinou toda a sua verba de subvenção social, cerca de Cr\$ 742,5 milhões em valores de abril de 92, para a Fundação Pedro Irujo. No endereço registrado no Conselho Nacional de Serviço Social existe um conjunto de lojas. Em nenhuma delas funciona a entidade. É amigo de João Alves e empresta seu hangar para o jatinho do filho de Alves.

Paes Landim (PFL-PI) - É acusado de ter se beneficiado com subvenções sociais e emendas.

Ézio Ferreira (PFL-AM) - Tinha esquema próprio de corrupção com as empreiteiras, segundo José Carlos Alves dos Santos.

Roberto Jefferson (PTB-RJ) - Recebia propinas para aprovar emendas do interesse do esquema, segundo Santos.

Gastone Righi (PTB-SP) - Recebia propinas para aprovar emendas do esquema, segundo Santos.

Sérgio Guerra (PSB-PE) - Acusado por José Carlos Alves dos Santos de receber favores de empreiteiras. Seu depoimento à CPI foi considerado tecnicamente perfeito.

Uldurico Pinto (PSB-BA) - Suspeito de se beneficiar com as subvenções, foi acusado por José Carlos Alves dos Santos de favorecer empreiteiras. Foi denunciado por vereadores da cidade baiana de Medeiros Neto de ter desviado verbas do Orçamento destinadas à cidade.

Flávio Derzi (PP-MS) - Desde que foi eleito, tornou-se um dos membros da Comissão de Orçamento. É acusado de participar do esquema do Orçamento.

Também foram citados por José Carlos Alves dos Santos - **João Carlos Bacellar (PSC-BA)**, **Amaral Netto (PPR-RJ)**, **Félix Mendonça (PTB-BA)**, **Messias Góis (PFL-SE)** e **Ubiratan Aguiar (PMDB-SE)**.

SENADORES

Mauro Benevides (PMDB-CE) - Acusado de conhecer o esquema, foi o responsável pela contratação de José Carlos Alves dos Santos para assessorar a presidência do Senado.

Ronaldo Aragão (PMDB-RO) - Acusado de participar do esquema. Sua fundação, a JR Aragão, recebeu mais de US\$ 700 mil em subvenções.

Saldanha Derzi (PP-MS) - Acusado de participar do esquema. Suspeito de se beneficiar com a aprovação de emendas e subvenções sociais.

Humberto Lucena (PMDB-PB) - Segundo José Carlos Alves dos Santos, teria apresentado prefeitos à empresa Seval, que intermediava a liberação de verbas do Orçamento junto a prefeituras.

GOVERNADORES

Edison Lobão (PFL-MA) - Frequentava a casa do deputado João Alves.

João Alves (PFL-SE) - Frequentava a casa do deputado João Alves.

Joaquim Roriz (PP-DF) - Teria sido visto por Santos na casa do deputado João Alves negociando emendas.

MINISTROS

Alexandre Costa (Integração Regional) - Acusado de ter sido omissos no esquema de subvenções porque sabia de tudo. Também é suspeito de ter entidades beneficiadas com subvenções.

EX-MINISTROS

Henrique Hargreaves (Casa Civil do governo Itamar) - Ex-assessor parlamentar do PFL, Hargreaves foi citado como integrante do esquema. João Alves teria dito a José Carlos Alves dos Santos que Hargreaves recebia dinheiro para dar suporte ao esquema no Congresso. Ele também teria impedido que um funcionário não comprometido com o esquema prestasse assessoria à Comissão de Orçamento. Era considerado homem de confiança de Fiúza. Demitiu-se após a denúncia.

Aníbal Teixeira (Planejamento do governo Collor) - Acusado de participar do esquema no Ministério, acertando previamente as dotações que seriam liberadas.

Carlos Chiarelli (Educação do governo Collor) - José Carlos Alves dos Santos disse que o ministro recebia uma "cota" do deputado João Alves.

Marcílio Marques Moreira (Economia do governo Collor) - Acusado por Santos de permitir a inclusão de emendas que atendiam a interesses de parlamentares.

Margarida Procópio (Ação Social do governo Collor) - Acusada de passar a Alves os nomes das entidades que deveriam ser privilegiadas no Orçamento. Parte dos recursos liberados ficaria com a ex-ministra.

EX-SECRETÁRIOS

Walter Anichino (Saneamento, governo Collor) - Acusado de ser uma das pontas do esquema no Executivo.

Ramon Arnus Filho (Habitação, governo Collor) - Também acusado de ser uma das pontas no Executivo.

EMPREITEIRAS

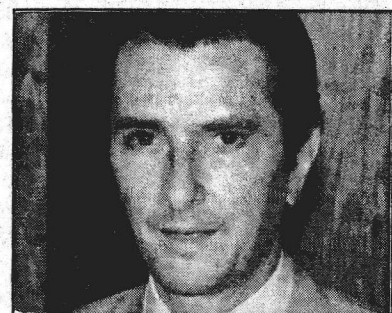
Acusadas por José Carlos dos Santos de pagar propinas a parlamentares para que incluíssem no Orçamento verbas para obras de sua responsabilidade.

CR Almeida	Norberto Odebrecht
Andrade Gutierrez	OAS
CBPO	Queiroz Galvão
Cowan	Servaz
	Tratex

SÓ FALTAVA
A GENTE
TER O COLLOR
COMO COLEGA NO
PRÓXIMO ANO,
SEM TER SIDO
JULGADO

(Do senador
peemedebista Pedro
Simon)

COLLOR:
JULGAMENTO
NO DIA 6.
Contra Inelegibilidade



Collor: julgamento.

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o próximo dia 6 a sessão plenária extraordinária para julgar o mandado de segurança do ex-presidente Fernando Collor contra o ato do Senado que o tornou inelegível pelo período de oito anos. A decisão de convocar a sessão foi tomada ontem para permitir que o caso do ex-presidente seja analisado ainda este ano. O julgamento deveria acontecer na quarta-feira, dia oito, mas foi antecipado devido ao feriado religioso.

Dos 11 ministros do STF, apenas oito vão participar do julgamento, garantindo o quórum mínimo para o julgamento de questões constitucionais. Os ministros Francisco Rezek, Marco Aurélio de Farias Mello e Sydney Sanches já se declararam impedidos. Rezek foi ministro das Relações Exteriores de Collor, Marco Aurélio é primo em primeiro grau do ex-presidente e Sanches presidiu a sessão do Senado que o condenou à inelegibilidade.

O ex-presidente alega que a decisão do Senado é ilegal porque sua renúncia, minutos antes do início do julgamento do impeachment, deveria ter suspenso o processo. Se a votação do STF terminar empatada, devido ao número par de ministros, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Willian Patterson, será convocado para dar o "voto de Minerva".

O líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), havia cobrado ontem da tribuna uma maior participação do Executivo e do Judiciário para que se colocasse um fim na impunidade. O senador afirmou que a demora do STF em decidir sobre a condenação de Collor poderia assegurar a ele o direito de se candidatar nas eleições do próximo ano. "Só faltava a gente ter o Collor como colega no próximo ano, sem ter sido julgado". O senador disse que o desempenho do Congresso tem demonstrado a seus "irmãos do STF" que quando os parlamentares querem eles sabem punir os que desrespeitaram a Nação. Simon frisou, porém, que falta um outro passo para uma revolução ética: "Temos, agora, que relacionar os corruptores".

RESPINGOS

O segundo maior ganhador das loterias, depois do deputado João Alves (PPR-BA), é o libanês Raymond Bou Khazaal, cujo nome está vinculado ao escândalo da venda de vistos de permanência durante o governo Figueiredo.

verno Figueiredo.

O deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) disse à CPI que conheceu João Alves numa festa no centro esotérico "Universo em Desencanto", de Nova Iguaçu, dirigido pelo Pai Manoel e que teve o cantor Tim Maia como principal divulgador durante muitos anos.

Diante do festival de contradições que têm sido os depoimentos à

CPI, Passarinho está propondo que não só a corrupção seja punida, mas também o perjúrio.

A Sociedade Interamericana de Imprensa condenou a decisão da justiça de Campinas de suspender a seção "Disque Moreira", do Correio Popular, que reunia denúncias contra o "anão" Manoel Moreira (PMDB-SP).

A CPI do Orçamento decidiu não

convocar o ex-presidente Sarney para prestar informações sobre denúncias de envolvimento com a empreiteira Servaz. Para a CPI, as denúncias contra Sarney fogem ao objetivo da comissão. O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), disse que quem quiser investigar Sarney deve pedir à Mesa da Câmara o desarquivamento da CPI da Corrupção feita no seu governo.